

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 2743022620200610104859

Processo 0800312-70.2019.8.23.0030 ☆ - (454 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: 9597 - Seguro
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais		Informações Adicionais		Partes		Movimentações		Apensamentos (0)		Vínculos (0)		
<div>Realces</div> <div>Realçar Movimentos de: <input type="checkbox"/> Magistrado <input type="checkbox"/> Servidor <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Membro MP <input type="checkbox"/> Defensor <input type="checkbox"/> Procurador <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Audiência</div> <div>Ocultar Movimentos: <input type="checkbox"/> Inválidos <input type="checkbox"/> Sem Arquivo <input type="checkbox"/> Hab. Provisória</div>												
<div>Filtros</div> <div>Movimentado Por: <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Defensor Público <input type="checkbox"/> Entidades Remessa <input type="checkbox"/> Magistrado <input type="checkbox"/> Procurador <input type="checkbox"/> Servidor</div> <div>Sequencial(Intervalo): <input type="text"/> ao <input type="text"/> Data do Movimento(Período): <input type="text"/> à <input type="text"/></div> <div>Descrição: <input type="text"/></div>												
70 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 70										500 por pág.		1
Seq.	Data	Evento				Movimentado Por						
70	10/06/2020 10:48:59	JUNTADA DE PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO				JOÃO ALVES BARBOSA FILHO						
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento PEDIDO NÃO CONCEDIDO (14/05/2020)				Procurador						
	70.1 Arquivo: Petição	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO		‡ 2578346RECURSODEAPELACAO01.pdf		Público						
	70.2 Arquivo: GUIA DE ARRECADAÇAO JUDICIARIA	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO		‡ 2578346RECURSODEAPELACAOAnexo02.pdf		Público						
69	08/06/2020 00:06:27	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Celia Maria da Silva e Silva) em 08/06/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 65) PEDIDO NÃO CONCEDIDO (14/05/2020) e ao evento de expedição seq. 66.				SISTEMA CNJ						
68	01/06/2020 11:33:22	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 01/06/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 65) PEDIDO NÃO CONCEDIDO (14/05/2020) e ao evento de expedição seq. 67.				JOÃO ALVES BARBOSA FILHO						
67	28/05/2020 18:48:36	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 65) PEDIDO NÃO CONCEDIDO (14/05/2020)				DAVID ADAN SANTA BRIGIDA PEIXOTO						
66	28/05/2020 18:48:36	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Celia Maria da Silva e Silva com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 65) PEDIDO NÃO CONCEDIDO (14/05/2020)				DAVID ADAN SANTA BRIGIDA PEIXOTO						
65	14/05/2020 17:23:32	PEDIDO NÃO CONCEDIDO				EVALDO JORGE LEITE						
64	14/05/2020 11:49:12	CONCLUSOS PARA DECISÃO Responsável: EVALDO JORGE LEITE				DAVID ADAN SANTA BRIGIDA PEIXOTO						
63	14/05/2020 11:49:08	JUNTADA DE CERTIDÃO				DAVID ADAN SANTA BRIGIDA PEIXOTO						
62	11/05/2020 11:58:41	JUNTADA DE PETIÇÃO DE CONTRA-RAZÕES Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (18/03/2020)				PAULO SERGIO DE SOUZA						
61	28/04/2020 12:26:14	EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO Referente ao evento (seq. 58) JUNTADA DE CERTIDÃO(18/03/2020 16:23:11). Identificador do Cumprimento: 0004				DAVID ADAN SANTA BRIGIDA PEIXOTO						
60	30/03/2020 00:02:43	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Celia Maria da Silva e Silva) em 04/05/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 58) JUNTADA DE CERTIDÃO (18/03/2020) e ao evento de expedição seq. 59.				SISTEMA CNJ						
59	18/03/2020 16:23:22	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Celia Maria da Silva e Silva com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 58) JUNTADA DE CERTIDÃO (18/03/2020)				DAVID ADAN SANTA BRIGIDA PEIXOTO						
58	18/03/2020 16:23:11	JUNTADA DE CERTIDÃO				DAVID ADAN SANTA BRIGIDA PEIXOTO						
57	13/02/2020 10:55:36	RENÚNCIA DE PRAZO DE CELIA MARIA DA SILVA E SILVA Referente ao evento JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (09/01/2020)				PAULO SERGIO DE SOUZA						
56	24/01/2020 00:00:10	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Celia Maria da Silva e Silva) em 23/01/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 50) JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (09/01/2020) e ao evento de expedição seq. 51.				SISTEMA CNJ						
55	16/01/2020 09:21:31	JUNTADA DE PETIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Cumprimento de intimação - Referente ao evento JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (09/01/2020)				JOÃO ALVES BARBOSA FILHO						
54	13/01/2020 10:54:09	JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO				GLEIKSON FAUSTINO BEZERRA						
53	13/01/2020 08:54:29	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 21/01/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 50) JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (09/01/2020) e ao evento de expedição seq. 52.				JOÃO ALVES BARBOSA FILHO						
52	13/01/2020 08:42:06	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 50) JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (09/01/2020)				DAVID ADAN SANTA BRIGIDA PEIXOTO						
51	13/01/2020 08:42:06	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Celia Maria da Silva e Silva com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 50) JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (09/01/2020)				DAVID ADAN SANTA BRIGIDA PEIXOTO						
50	09/01/2020 17:52:08	JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO				Anita de Lima Oliveira						
49	22/11/2019 10:47:21	CONCLUSOS PARA SENTENÇA Responsável: EVALDO JORGE LEITE				DAVID ADAN SANTA BRIGIDA PEIXOTO						
48	01/11/2019 10:29:27	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE Cumprimento de intimação - Referente ao evento CONCEDIDO O PEDIDO (07/10/2019)				PAULO SERGIO DE SOUZA						
47	25/10/2019 14:25:51	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE Cumprimento de intimação - Referente ao evento CONCEDIDO O PEDIDO (07/10/2019)				JOÃO ALVES BARBOSA FILHO						



EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MUCAJAI/RR

Processo n. 08003127020198230030

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscrive, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **CELIA MARIA DA SILVA E SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^ª, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

MUCAJAI, 2 de junho de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR

PROCESSO ORIGINÁRIO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MUCAJAI / RR
Processo n.º 08003127020198230030
APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A
APELADA: CELIA MARIA DA SILVA E SILVA

RAZÕES DO RECURSO

COLEDA CÂMARA,
INCLÍTOS JULGADORES,

Assim, em razão da suposta invalidez adquirida, o recorrido ajuizou a presente lide pleiteando a verba máxima indenizatória do Seguro DPVAT, não obstante apresentar invalidez parcial incompleta.

Inconformada, a demandada vem apresentar as razões do recurso de apelação, ora interposto, vez que a sentença proferida pelo juízo “*a quo*” deve ser reformada, pois a matéria foi examinada em desconformidade com a legislação em vigor e as provas constantes dos autos.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

SINISTRO OCORRIDO APÓS A MEDIDA PROVISÓRIA 451/2008

Conforme verifica-se nos documentos acostados pela parte Apelada, a mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **30/05/2016**.

Após dilação probatória, foi confeccionado laudo pericial, que consta às fls. dos autos. Por certo, o limite indenizatório estipulado na condenação, deveria ser o estipulado na referida prova, debitando-se o valor pago na via administrativa. Todavia, a condenação imposta na r. sentença sobejou o montante devido ao apelado em razão de sua permanente invalidez, pelo que merece pronta reforma.

Frisa-se que com a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, foram estabelecidos percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, estes últimos em completos e incompletos¹.

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ².

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas, observadas quando da elaboração da prova pericial:

¹PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXISTÊNCIA DE OMISSÃO. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO MODIFICATIVO. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO CNSP Nº 273 DE 19/12/2012. EMBARGOS ACOLHIDOS, COM EFEITO MODIFICATIVO. PRECEDENTES STJ. DECISÃO UNÂNIME. 1. Ao julgar o Recurso Especial Repetitivo nº 1.303.038-RS, que discutia a aplicação da gradação da invalidez permanente parcial incompleta aos acidentes anteriores à MP 451/08, o STJ, por meio do Acórdão transitado em julgado, em 30/04/2014, decidiu pela validade da utilização de Tabela do CNSP para estabelecer a proporcionalidade da indenização ao grau de invalidez, na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória 451/08.2. Tendo em vista que do acidente automobilístico, o qual vitimou o apelante, ora embargado, decorreu debilidade permanente, conforme Laudo Traumatológico presente nos autos, aplica-se ao caso a Resolução CNSP Nº 273 DE 19/12/2012, devendo-se quantificar a indenização DPVAT, prevista no art. 3º, II, da Lei Nº 6.194/74, ALTERADA PELA LEI Nº 11.482/2007, conforme o grau e local da invalidez permanente sofrida pela vítima, nos termos da perícia médica a ser realizada para tal fim.3. "A possibilidade de atribuição de efeitos modificativos a embargos declaratórios resulta da presença de omissão verificada no acórdão embargado" (STJ, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 14/09/2010, T5 - QUINTA TURMA).4. Embargos acolhidos, com efeito modificativo. Decisão unânime. Embargos de Declaração 240917-6 - 0044662-52.2010.8.17.0001 - Relator(a) Roberto da Silva Maia - 1ª Câmara Cível - Data do Julgamento - 03/02/2015

²**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Para uma melhor visualização, segue tabela demonstrando o valor devido ao Apelado, com base na lesão suportada:

Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais	Valor da Indenização
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	das Perdas	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10	R\$ 1.350,00

Repercussão	Valor da Indenização
25% (grau leve)	R\$ 337,50

Sendo assim, merece pronta reforma a r. Sentença, vez que o valor indenizatório deverá respeitar o cálculo apresentado acima, apurado com base no exame pericial que consta dos autos, de modo que o valor da condenação não poderá ultrapassar a monta de R\$ 337,50 (TREZENTOS E TRINTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso.

Requer o provimento do presente recurso, para que o **limite máximo da condenação** não ultrapasse o valor contido na **Tabela de Graduação** da Lei 11.945/2009, a observar o grau de invalidez efetivamente experimentado pelo Apelado.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

MUCAJAI, 2 de junho de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SIVIRINO PAULI**, inscrito na **101-B - OAB/RR** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **CELIA MARIA DA SILVA E SILVA**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **MUCAJAI**, nos autos do Processo nº 08003127020198230030.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/RR 451-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



86690000000-5 48880574106-0 02020061700-7 30200049149-8

GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA

Órgão: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA	CNPJ: 05.741.060/0001-89	Agência: 3797-4	Conta: 51669-4	Valor do Documento: R\$ 48,88	Vencimento: 17/06/2020
Comarca: MUCAJAI	Nº G.A.J.: 030.20.0049149	Valor da Causa: R\$ 13.500.00	Processo: 0800312-70.2019.8.23.0030		
Contribuinte: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/a				CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04	

Autenticação Mecânica



86690000000-5 48880574106-0 02020061700-7 30200049149-8

GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA

Órgão: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA	CNPJ: 05.741.060/0001-89	Agência: 3797-4	Conta: 51669-4	Valor do Documento: R\$ 48,88	Vencimento: 17/06/2020
Comarca: MUCAJAI	Nº G.A.J.: 030.20.0049149	Valor da Causa: R\$ 13.500.00	Processo: 0800312-70.2019.8.23.0030		
Contribuinte: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/a				CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04	

Descrição das receitas

01. APELAÇÃO
02. Taxa Judiciária II

Valor R\$

R\$ 18,88
R\$ 30,00

OBS.:

**PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCO DO BRASIL OU PAP – CORRESPONDENTE BANCO DO BRASIL
CASO A PARTE SEJA AMPARADA POR SIGILO PROCESSUAL, O CONTRIBUINTE DEVERÁ PROVAR, OBRIGATORIAMENTE,
NO PROCESSO DE ORIGEM DESTES PAGAMENTOS, AS INFORMAÇÕES DE QUITAÇÃO DESTA GUIA COM A JUNTADA DE
COMPROVANTE BANCÁRIO CONTENDO O CÓDIGO DE BARRAS DA GUIA.**

R\$ 48,88

Autenticação Mecânica



Guia - Ficha de Compensação

Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO		AGÊNCIA (PREF / DV)	Nº DA CONTA JUDICIAL
	05/06/2020		0	0
DATA DA GUIA	Nº DO PROCESSO			
05/06/2020	08003127020198230030			
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
RR	Vara Cível	RÉU	48,88	
NOME DO RÉU/IMPETRADO	TIPO DE PESSOA		CPF / CNPJ	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	Jurídica		09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE	TIPO DE PESSOA		CPF / CNPJ	
CELIA MARIA DA SILVA E SILVA	FÍSICA		61201057272	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
02F318410E4A3ABA				
CÓDIGO DE BARRAS				
86690000000 5 48880574106 0 02020061700 7 30200049149 8				